

AVISO CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS



PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS (PO SEUR)

EIXO PRIORITÁRIO 3

PROTEGER O AMBIENTE E PROMOVER A EFICIÊNCIA DOS RECURSOS (FUNDO DE COESÃO)

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

6ii - INVESTIMENTOS NO SECTOR DA ÁGUA PARA SATISFAZER OS REQUISITOS DO ACERVO DA UNIÃO EM MATÉRIA DE AMBIENTE E PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO QUE EXCEDAM ESSES REQUISITOS, IDENTIFICADAS PELOS ESTADOS-MEMBROS

OBJETIVO ESPECÍFICO 2

OTIMIZAÇÃO E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS E INFRAESTRUTURAS EXISTENTES, GARANTINDO A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO ÀS POPULAÇÕES E A SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS, NO ÂMBITO DO CICLO URBANO DA ÁGUA

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

12- CICLO URBANO DA ÁGUA

SECÇÃO DO REGULAMENTO ESPECÍFICO DO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS (RE SEUR)

14 – GESTÃO EFICIENTE DO CICLO URBANO DA ÁGUA

ALÍNEA A) ABASTECIMENTO DE ÁGUA (AA), DO ARTIGO 95.º DO RE SEUR

DESIGNAÇÃO SINTÉTICA DO ÂMBITO DO AVISO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO COM IMPACTE NA SAÚDE HUMANA

DATA DE ABERTURA: 10 DE NOVEMBRO DE 2020

DATA DE FECHO: 11 DE JANEIRO DE 2021





PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

1. Âmbito e Enquadramento do Aviso

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) adota a modalidade de Aviso Concurso para apresentação de candidaturas, enquadrada no Plano de Avisos do domínio SEUR.

O PO SEUR, aprovado pela Comissão Europeia pela Decisão C (2014) 10110 final, de 16 de dezembro, alterada pela Decisão C (2016) 5476, de 22 de agosto, pela Decisão C (2017) 7088, de 17 de outubro, pela Decisão C (2018) 8379, de 5 de dezembro e pela Decisão C (2020) 6256 final, de 09 de setembro, e o Regulamento Específico do domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (RE SEUR), aprovado pela Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.º 404-A/2015, de 18 de novembro, n.º 238/2016 de 31 de agosto que o republicou (retificada pela Declaração de Retificação n.º 17/2016, de 26 de setembro), n.º 124/2017, de 27 de março, n.º 260/2017, de 23 de agosto, e n.º 325/2017, de 27 de outubro, e n.º 332/2018, de 24 de dezembro que o republicou, n.º 140/2020, de 15 de junho, n.º 164/2020, de 2 de julho e n.º 247/2020 de 19 de outubro, prevê, no Eixo Prioritário 3, entre outros objetivos, o aumento da qualidade do serviço prestado no âmbito do Ciclo Urbano da Água, contribuindo para uma maior sustentabilidade dos sistemas, nomeadamente no que respeita ao setor do Abastecimento de Água, que integra a Prioridade de Investimento (PI) 6.ii. – “Investimento no sector da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros”.

Encontra-se reconhecido no texto do PO SEUR, o carácter prioritário das intervenções que visam dar cumprimento às Diretiva Comunitárias, nomeadamente da Qualidade da Água para Consumo Humano – Diretiva 98/83/CE, do Conselho, de 3 de novembro, de modo a ser garantida a qualidade da água para o Abastecimento Público.

Neste sentido, e face à identificação de necessidades nesse âmbito, a Comissão Diretiva do POSEUR entendeu proceder à abertura do presente Aviso, no âmbito do Ciclo Urbano da Água, para suprir alguns problemas que ainda se verificam no domínio de qualidade da água, com impacto na saúde humana.

O presente Aviso teve apreciação favorável da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e foi aprovado pela CIC SEUR, sendo agora divulgado através do sítio da internet no Portal 2020.

2. Breve Descrição e Objetivos

Os instrumentos de planeamento atualmente em vigor, nomeadamente o PENSAAR 2020, consideram como projetos prioritários a serem cofinanciados os que demonstrem permitir o cumprimento das disposições comunitárias nomeadamente da Diretiva da Qualidade da Água para Consumo Humano – Diretiva 98/83/CE, do Conselho, de 3 de novembro.



O último Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2020) no que respeita ao “Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano”, confirma que a água para consumo humano em Portugal continental apresenta uma excelente qualidade na torneira dos consumidores.

De facto, Portugal mantém o nível de excelência com o indicador de água segura na ordem dos 99 %, podendo garantir-se à população que pode beber água da torneira com confiança.

A evolução do nível de cobertura do serviço de abastecimento e a qualidade da água fornecida já se encontra no nosso país a níveis muito satisfatórios. No entanto, pontualmente, ainda subsistem alguns sistemas de abastecimento com problemas de qualidade da água, nomeadamente decorrentes de contaminação da água bruta na origem (47 % dos incumprimentos de 2019), evidenciando assim a necessidade de investimento destinado a colmatar as insuficiências que ainda se verificam nalguns sistemas localizados em algumas regiões do País, com maior incidência nas regiões Norte e Centro.

Dessas situações, algumas estão relacionados com as características hidrogeológicas da água bruta das captações de água utilizadas (contaminação na origem), destacando-se, pelo impacto negativo na saúde humana, em primeiro lugar o parâmetro arsénio (parâmetro químico de correção obrigatória). São também relevantes neste âmbito os parâmetros indicadores como os radioativos (radão e dose indicativa) e os metais (ferro, manganês e alumínio).

Face ao exposto, entende-se prioritária a abertura do presente Aviso, para apoiar os investimentos que promovam a resolução das situações de incumprimento dos parâmetros da qualidade da água bruta das captações de água utilizadas para o consumo humano, que se verificaram nos últimos 12 meses, em particular os associados ao parâmetro arsénio.

O presente Aviso destina-se a contribuir para a resolução das situações atrás descritas, considerando-se que estes investimentos são importantes para garantir uma melhor qualidade da água para abastecimento público, estando enquadrados nos objetivos identificados no nº 1 do artigo 94.º do Regulamento Específico do Domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR).

3. Tipologias de operação

No âmbito do presente Aviso são elegíveis as operações que se enquadrem nas tipologias previstas na alínea a), subalíneas iii) e iv) do artigo 95º do RE SEUR, abrangendo infraestruturas de “Abastecimento de Água”:

a) Abastecimento de Água (AA):

iii - Fecho de sistemas de abastecimento de água em baixa, com vista à otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço, através da execução de ligações entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa e da extensão do serviço a populações ainda não abastecidas na área de influência dos sistemas, após ponderação das alternativas existentes, incluindo através de soluções adequadas para pequenos aglomerados.

Neste âmbito, apenas serão considerados elegíveis os investimentos que se revelem necessários para garantir a resolução dos problemas de qualidade da água, através da ligação aos sistemas de abastecimento de água



em alta ou a outros subsistemas de abastecimento de água em baixa, onde não se tenham registado incumprimentos nos parâmetros acima indicados e cuja extensão seja inferior a 20 km (comprimento total da conduta adutora para ligação ao ponto de entrega ou ao subsistema em baixa alternativo).

iv - Investimentos com vista à melhoria da quantidade e qualidade da água fornecida, incluindo a interligação entre sistemas, a complementaridade de origens de água e a criação de novos locais de captação e/ou armazenamento, a melhoria do processo de tratamento das estações de tratamento de águas (ETA) com vista ao cumprimento da Diretiva da Qualidade da Água para Consumo Humano, incluindo a remoção de contaminantes emergentes, antropogénicos ou de subprodutos do tratamento.

Neste âmbito, apenas serão elegíveis investimentos com vista à melhoria da qualidade da água, através da criação de novos locais de captação ou da instalação de sistemas de tratamento ou melhoria do processo de tratamento, devendo ser demonstrado que a solução proposta assegura que a remoção do arsénio é eficaz e viável financeiramente.

As candidaturas só serão consideradas elegíveis caso seja demonstrado pela Entidade Gestora que:

a) existe(m) registo(s) de incumprimento do valor paramétrico do arsénio (parâmetro químico de correção obrigatória) no Portal da ERSAR nos últimos 12 meses, através do envio de *printscreen* do ecrã no portal e ficheiro Excel descarregado na aplicação “incumprimentos do módulo da qualidade da água”;

b) não existe solução instalada para a correção do problema ou que a solução instalada não é a mais adequada, justificando a necessidade dos investimentos previstos na candidatura para a resolução sustentável do problema de qualidade da água.

Poderão em complemento também ser apoiadas intervenções que assegurem igualmente melhorias nos parâmetros indicadores como os radioativos (radão e dose indicativa) e os metais (ferro, manganês e alumínio), caso se verifique incumprimento dos mesmos, na mesma zona de abastecimento.

Os investimentos têm obrigatoriamente de promover a resolução das situações de incumprimentos de arsénio acima de 10 ug/L (valor paramétrico fixado na legislação), que sejam decorrentes da qualidade da água bruta das captações de água utilizadas para o consumo humano.

Cada candidatura só pode integrar investimentos relativos a uma das tipologias de operação e abranger todas as intervenções necessárias à plena operacionalização das infraestruturas propostas, evidenciando a sua autonomia física e financeira face a outros investimentos realizados, bem como demonstrar a capacidade para resolver os problemas da qualidade da água existentes e para atingir as metas de realização e de resultado previstas na candidatura.

As candidaturas têm obrigatoriamente de apresentar no âmbito do Plano de Comunicação, a realização de ações de informação, de divulgação, de sensibilização e de publicidade, dirigidas aos potenciais utilizadores dos serviços de abastecimento de água e ao público em geral, para comunicação dos resultados e objetivos alcançados com a operação e da melhoria das condições ambientais na área de incidência do projeto.



O incumprimento destas regras e a apresentação de candidatura que não respeite as tipologias de operação previstas no Aviso determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e conseqüentemente a não aprovação da candidatura.

4. Beneficiários

4.1 - As entidades beneficiárias que poderão apresentar candidatura no âmbito do presente Aviso são as entidades gestoras responsáveis pelos serviços de Abastecimento de Água, assim identificadas de acordo com a Ficha de Avaliação da Qualidade de Serviços da ERSAR, que se enquadrem nas alíneas c) e e) do n.º 1 do artigo 96.º do RE SEUR, nos seguintes termos:

c) Autarquias e suas Associações;

e) Setor empresarial local

Não são elegíveis candidaturas apresentadas para sistemas geridos por Juntas de Freguesia.

O incumprimento das regras relativas à elegibilidade do beneficiário determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e conseqüentemente a não aprovação da candidatura.

5. Âmbito geográfico

São elegíveis as operações localizadas em todas as regiões NUTS II do Continente, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do RE SEUR.

O incumprimento das regras relativas à elegibilidade do âmbito geográfico determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e conseqüentemente a não aprovação da candidatura.

6. Grau de maturidade mínimo exigido às operações

O grau de maturidade mínimo exigido para as operações, na fase de apresentação de candidatura, consiste na comprovação da aprovação do Projeto de execução (ou, no caso do Beneficiário optar pela modalidade de conceção-construção, comprovação da aprovação dos termos de referência do respetivo procedimento), relativo à ação com maior relevância na operação e compromisso do lançamento do respetivo procedimento de contratação pública para a realização das obras, no prazo de 60 dias após a assinatura do termo de aceitação, devendo para este efeito ser apresentada declaração de compromisso na candidatura.

Estas exigências têm por desiderato o cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do RE SEUR, que determina aos beneficiários a obrigação de iniciar a execução da operação no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do Termo de Aceitação.

O incumprimento das regras relativas ao grau de maturidade mínimo exigido às operações determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e conseqüentemente a não aprovação da candidatura.



7. Prazo de execução das operações

O prazo máximo de execução de cada operação é de 2 anos (24 meses), a contar da data da assinatura do Termo de Aceitação.

Alerta-se que o prazo de elegibilidade das despesas realizadas e pagas no âmbito da operação termina no dia 31 de dezembro de 2023, não sendo elegíveis para cofinanciamento quaisquer despesas realizadas após essa data, conforme definido no n.º 4 do art. 15º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março, pelo que as operações devem estar concluídas até 30 de junho de 2023.

Acresce ainda salientar que serão aplicáveis as regras de encerramento do atual período de programação, que serão divulgadas em breve, e que podem conter disposições mais específicas e restritivas no que respeita à data de conclusão e de encerramento das operações.

8. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do n.º 1 do artigo 100º do RE SEUR.

9. Dotação financeira e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação de Fundo de Coesão afeta ao presente Aviso é de € 3.000.000,00 (três milhões de euros), sendo €2.400.000,00 para a tipologia iii) e €600.000,00 para a tipologia iv).

Caso venha a existir disponibilidade adicional de Fundo de Coesão, as dotações fixadas no parágrafo anterior poderão vir a ser reforçadas pela Autoridade de Gestão, tendo em vista, após hierarquização, viabilizar a aprovação das candidaturas elegíveis, que obtenham uma pontuação igual ou superior a 2,5 pontos.

As candidaturas que, apesar de terem uma pontuação igual ou superior a 2,5 pontos, não se enquadrem nas dotações de Fundo de Coesão fixadas neste Aviso, nos termos previstos nos parágrafos anteriores, não serão aprovadas.

As candidaturas que, embora tenham uma pontuação de mérito igual ou superior a 2,5, mas que, na hierarquização em função da pontuação de mérito atribuída a cada tipologia de investimento, não tenham cabimento dentro da dotação de Fundo de Coesão fixada para cada tipologia, não serão aprovadas, exceto no caso da dotação da outra tipologia de investimento não ser atingida com os projetos aprovados, existindo assim uma verba remanescente que pode ser utilizada para reforço da outra tipologia de investimento, sem ultrapassar a dotação total de Fundo de Coesão afeta ao presente Aviso.

A taxa máxima de participação comunitária a aplicar às operações é de 85%, incidindo sobre o custo total elegível, de acordo com o n.º 1 do artigo 8.º do RE SEUR.



Na fase de aprovação, a dotação máxima de Fundo de Coesão a atribuir a cada candidatura não poderá ultrapassar os seguintes limites:

- Candidaturas da tipologia de operação iii): € 800.000,00, por candidatura;
- Candidaturas da tipologia de operação iv): € 200.000,00, por candidatura.

10. Período para receção das candidaturas

O período para a receção de candidaturas decorrerá entre o dia 10 de novembro de 2020 e as 18 horas do dia 11 de janeiro de 2021.

Apenas são válidas as candidaturas que se encontrem no estado “Submetido” até ao horário limite (18h00) do último dia para submissão de candidaturas. As demais candidaturas que estejam em processo de submissão na hora limite não são válidas nem podem ser aceites no âmbito do Aviso, quaisquer que sejam as razões para tal situação.

11. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar

São elegíveis as candidaturas que visem a implementação das tipologias de operação definidas no ponto 3, que evidenciem o cumprimento das condições fixadas neste Aviso e que respeitem cumulativamente o disposto nos números seguintes:

11.1 Critérios de elegibilidade dos beneficiários

11.1.1 Critérios Gerais

Os beneficiários terão que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 6.º do RE SEUR, bem como declarar ou comprovar, se para tanto forem notificados, que cumprem os critérios previstos no artigo 13.º e não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março, nomeadamente:

- a) Estarem legalmente constituídos;
- b) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do Termo de Aceitação;
- c) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- d) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;



f) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;

g) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

Os beneficiários devem ainda assegurar que não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º do mesmo Decreto-Lei:

1 – Os beneficiários que tenham sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI ficam impedidos de aceder ao financiamento público por um período de três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da pena aplicada no âmbito desse processo resultar período superior;

2 – Os beneficiários contra quem tenha sido deduzida acusação em processo-crime pelos factos referidos no número anterior, ou em relação aos quais tenha sido feita participação criminal por factos apurados em processos de controlo ou auditoria movidos pelos órgãos competentes, apenas podem ter acesso a apoios financeiros públicos no âmbito dos FEEI se apresentarem garantia idónea por cada pagamento a efetuar, independentemente da operação a que se reporta, que seja válida até à aprovação do saldo final ou até à reposição dos apoios recebidos, se a ela houver lugar;

3 – A exigência de apresentação da garantia idónea referida no número anterior depende da verificação, pela entidade pagadora competente, da existência de indícios, subjacentes à acusação ou participação criminal, que envolvam um risco de não pagamentos futuros;

4 – Sem prejuízo de outras cominações previstas na legislação europeia e nacional e na regulamentação específica aplicáveis, os beneficiários que recusarem a submissão a um controlo das entidades competentes só podem aceder a apoios dos FEEI nos três anos subsequentes à revogação da decisão de apoio, proferida com fundamento naquele facto, mediante a apresentação de garantia idónea nos termos previstos no número anterior;

5 – Os beneficiários que tenham sido condenados em processo-crime ou contraordenacional por violação da legislação sobre trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, bem como os beneficiários que, nos dois anos anteriores à apresentação da candidatura, tenham sido condenados por despedimento ilícito de grávidas, puérperas ou lactantes, ficam impedidos de aceder a financiamento dos FEEI, por um período de três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da referida decisão resultar período superior;

6 – Sempre que o beneficiário seja uma pessoa coletiva, o disposto nos n.ºs 1 a 5 é aplicável, com as necessárias adaptações, aos titulares dos órgãos de direção, de administração e de gestão e a outras pessoas que exerçam funções de administração ou gestão;



7 – O disposto nos números anteriores é aplicável ainda que os factos tenham ocorrido em períodos de programação anteriores ao período de programação regulado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março.

De acordo com o previsto no artigo 6.º do RE SEUR, os beneficiários devem ainda declarar não ter salários em atraso, reportados à data da apresentação da candidatura ou até ao momento da assinatura do Termo de Aceitação, caso a candidatura seja aprovada.

O incumprimento das condições relativas aos critérios de elegibilidade do beneficiário determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

11.1.2 – Critérios específicos

Os beneficiários terão que demonstrar o cumprimento dos critérios de elegibilidade definidos no artigo 98.º do RE SEUR, nos termos do Anexo IV – Aplicação dos critérios de elegibilidade dos beneficiários (alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 1 do referido artigo 98.º), que faz parte integrante do presente Aviso.

Concretamente, no que se refere à alínea d) do n.º 1 do referido artigo 98.º do RESEUR, para efeito do cumprimento do requisito do Grau de Recuperação de Custos (GRC), só são elegíveis as Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento públicos, que apresentem no indicador AA06 - Cobertura dos gastos, no mínimo, 90%, constante na última ficha de avaliação da qualidade de serviço publicada pela ERSAR à data do fecho do Aviso. As entidades que apresentem um valor inferior neste indicador, mas igual ou superior a 70%, poderão ser elegíveis se assumirem o compromisso de atingir 90% no ano de 2020, dado a ser confirmado na ficha a publicar pela ERSAR em 2021, nos termos previstos no referido anexo IV.

No caso de entidades recém-constituídas e em relação às quais não exista histórico de atividades ou de projetos anteriores no POSEUR (ambas as condições cumulativamente), o beneficiário tem de apresentar na candidatura os comprovativos do cumprimento dos critérios previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março.

O incumprimento das condições relativas aos critérios de elegibilidade do beneficiário determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

11.2 Critérios gerais de elegibilidade das operações

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso têm que evidenciar que satisfazem os critérios gerais de elegibilidade das operações fixados no artigo 5.º do RE SEUR e demonstrar o respeito pelo disposto no presente Aviso:

- a) Respeitem as tipologias de operação previstas no referido Regulamento e no ponto 3 deste Aviso;
- b) Visem a prossecução dos objetivos específicos previstos no referido regulamento;



- c) Estejam em conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável;
- d) Demonstrem adequado grau de maturidade, de acordo com o referido no ponto 6 do presente aviso;
- e) Justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- f) Disponham dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- g) Apresentem uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;
- h) Incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- i) Demonstrem a sustentabilidade da operação após a realização do investimento;
- j) (Revogada)
- k) No caso dos projetos geradores de receitas, demonstrem o cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março. Caso o beneficiário considere mais vantajoso, poderá solicitar ao POSEUR que seja deduzida previamente às despesas elegíveis a percentagem forfetária da receita líquida definida no Anexo V do Regulamento (EU) n.º 1303/2013, que é de 25% no setor da água, para apuramento do Montante Máximo Elegível (MME), conforme previsto na 2.ª parte do n.º 2 do artigo 19.º do referido Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.
- l) Apresentem um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo n.º 49 do artigo 272.º do Regulamento Comunitário (EU, Euratom) n.º 2018/1046, de 18 de julho;
- m) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes;
- n) (Revogada)
- o) Evidenciem o cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado, se aplicável.

Para efeitos do cumprimento da alínea i), o beneficiário deverá evidenciar de que forma assegurará a sustentabilidade da operação, nos termos do ponto 2.4 da Nota de Orientações para a análise financeira (Guião I a).



O incumprimento das condições relativas aos critérios gerais de elegibilidade da operação determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

11.3. Critérios específicos de elegibilidade das operações

11.3.1 – Só são elegíveis as candidaturas em que seja demonstrado pela Entidade Gestora que existe registo(s) de incumprimento do valor paramétrico do arsénio (parâmetro químico de correção obrigatória) no Portal da ERSAR, nos últimos 12 meses, através do envio de *printscreen* do ecrã no portal e ficheiro Excel descarregado na aplicação “incumprimentos do módulo da qualidade da água”.

A candidatura deve ainda demonstrar que não existe solução instalada para a correção do problema ou que a solução instalada não é a mais adequada, justificando a necessidade dos investimentos previstos na candidatura para a resolução sustentável do problema de qualidade da água.

A solução proposta para a resolução do problema da qualidade da água prevista na candidatura, terá que ser devidamente justificada e demonstrada a sua adequação para a resolução do problema existente, devendo ser uma das seguintes:

- a) A ligação ao sistema de abastecimento de água em alta que não tenha registado incumprimentos nos parâmetros de arsénio (parâmetro químico de correção obrigatória) e nos parâmetros indicadores como os radioativos (radão e dose indicativa) e os metais (ferro, manganês e alumínio), e com um resultado do indicador da % de água segura acima de 98% em 2019;
- b) A ligação a outros subsistemas de abastecimento de água em baixa que não tenham registado incumprimentos nos parâmetros de arsénio (parâmetro químico de correção obrigatória) e nos parâmetros indicadores como os radioativos (radão e dose indicativa) e os metais (ferro, manganês e alumínio), e com um resultado do indicador da % de água segura acima de 98% em 2019;
- c) A criação de novos locais de captação, cujo controlo da água bruta não evidencie os referidos incumprimentos;
- d) A melhoria do processo de tratamento na captação, pela instalação de sistemas de tratamento autónomos, ou integrados nas estações de tratamento de águas (ETA).

Nas soluções indicadas nas alíneas a) e b), a extensão da ligação terá que ser inferior a 20 km (comprimento total da conduta adutora para ligação ao ponto de entrega ou ao subsistema em baixa alternativo).

11.3.2 – Só são elegíveis as candidaturas cujos investimentos promovam a resolução de situações em que se verificam incumprimentos de arsénio acima de 10 ug/L (valor paramétrico fixado na legislação), que sejam decorrentes da qualidade da água bruta das captações de água utilizadas para o consumo humano.

11.3.3 - O Beneficiário terá de assegurar o cumprimento do disposto no artigo 97.º do RE SEUR, nomeadamente os seguintes critérios específicos:



- a) Demonstrar alinhamento com a estratégia e objetivos definidos no PENSAAR 2020, no caso das operações relativas ao território continental;
- b) Apresentar evidências de que a entidade com competência para autorizar o investimento, ou seja a entidade titular, se não for a entidade candidata, concorda com a sua realização, seja por o mesmo se encontrar inscrito no respetivo contrato, ou por declaração autónoma, atestando que o investimento se enquadra na respetiva missão de serviço público de recolha e tratamento de águas residuais urbanas;
- c) Comprovar que a operação candidata corresponde à otimização do investimento na perspetiva do interesse público e dos benefícios esperados e demonstrar a viabilidade e sustentabilidade do investimento;
- d) Demonstrar que se encontra refletido no modelo económico-financeiro o financiamento comunitário, assegurando que o mesmo reverte integralmente a favor da tarifa;
- e) Demonstrar que a operação configura um objeto que se concretiza através de um conjunto de obras, equipamentos e serviços relacionados exclusivamente entre si e que são física e financeiramente autónomos face a outros investimentos a realizar.

11.3.3. - Conforme previsto no número 3 do artigo 97º do RESEUR, as intervenções de modernização ou reconversão em infraestruturas intervencionadas anteriormente com o apoio dos fundos comunitários, não são elegíveis.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior e de acordo com os números 4 e 5 do artigo 97º daquele Regulamento, poderão ser objeto de financiamento intervenções que não alterem o fim inicialmente previsto e que tenham como objetivo o aumento de capacidade de tratamento instalada ou fases de tratamento adicionais, com vista a maximizar os resultados para efeito de cumprimento de normativo.

11.3.4 - As candidaturas têm obrigatoriamente de apresentar no âmbito do Plano de Comunicação, a realização de ações de informação, de divulgação, de sensibilização e de publicidade, dirigidas aos potenciais utilizadores dos serviços de abastecimento de água e ao público em geral, para comunicação dos resultados e objetivos alcançados com a operação e da melhoria das condições ambientais na área de incidência do projeto.

O incumprimento das condições relativas aos critérios específicos de elegibilidade da operação determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e conseqüentemente a não aprovação da candidatura.

11.4. Critérios de elegibilidade de despesas

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as despesas indispensáveis à concretização das operações que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso, resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação, previstas nos artigos 7.º e 99.º do RE SEUR.

Não são elegíveis imputações de custos internos da entidade beneficiária.



Não são elegíveis despesas de consumo corrente, nem despesas de funcionamento da entidade beneficiária.

Não são elegíveis despesas relativas à preparação da candidatura, preenchimento do formulário, elaboração da memória descritiva e submissão da candidatura no Balcão Único 2020.

As candidaturas não poderão incluir despesas de revisões de preços. Casos estas despesas venham a tornar-se efetivas, no decurso da operação, poderá ser apresentado um pedido de reprogramação à Autoridade de Gestão do POSEUR, para incluir as mesmas no montante efetivo suportado e dentro do limite fixado na alínea g) do n.º 1 do artigo 7.º do RE SEUR. No caso de serem apuradas Revisões de Preços definitivas (de montante negativo), as mesmas terão que ser apresentadas ao PO SEUR, através da submissão em Pedido de Pagamento dos respetivos documentos de apuramento das Revisões de Preços e respetivas Notas de Crédito, as quais serão abatidas às Despesas Elegíveis da operação

As despesas relativas à operação têm de ser registadas em codificação contabilística específica adequada.

12. Preparação e submissão das candidaturas

12.1. Submissão das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas no Portal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março, nos termos e condições previstos em cada Aviso e de submissão das candidaturas, exclusivamente através do Balcão 2020.

Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão Único do Portugal 2020 <https://balcao.portugal2020.pt/Balcao2020>.

O formulário de candidatura deve ser devidamente preenchido pelo beneficiário no Balcão Único do Portugal 2020, devidamente acompanhado de todos os documentos indicados no ponto 12.2 do presente Aviso, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma

12.2. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura que deverá ser preenchido de acordo com o Guião II – Preenchimento de Formulário no Balcão Único, a candidatura terá de incluir os documentos discriminados no Guião III – Documentos a incluir na Candidatura e o Guião IV - Minuta Declaração de Compromisso, disponível para descarregar na página do Aviso no Balcão 2020 para preenchimento e submissão no âmbito da candidatura.

Tendo em conta o previsto nos pontos 6, 11.3.1 e 11.3.2 do presente Aviso, os documentos que se seguem devem, obrigatoriamente, acompanhar a candidatura:



- 1) Registo dos incumprimentos no parâmetro de arsénio (parâmetro químico de correção obrigatória) e nos parâmetros indicadores como os radioativos (radão e dose indicativa) e os metais (ferro, manganês e alumínio) reportados à ERSAR, através do envio de *printscreens* do ecrã no portal e ficheiro Excel descarregado na aplicação “incumprimentos do módulo da qualidade da água”.
- 2) Documentação técnica com a seguinte informação:
 - i) Descrição detalhada da solução proposta, incluindo a identificação clara e objetiva dos investimentos a realizar, nomeadamente a extensão das infraestruturas de ligação entre o sistema em baixa e o sistema em alta ou entre os sistemas em baixa, existentes, da tipologia e especificações técnicas dos sistemas de tratamento a instalar, ou das características das novas captações a adicionar
 - ii) Justificação da adequação da solução proposta, através de uma análise técnica da mesma e da sua comparação com soluções alternativas, incluindo os custos totais de investimento e de exploração (incluindo os de substituição) estimados para cada uma das várias alternativas, num cenário a 10 anos, identificando as vantagens e inconvenientes de cada solução e demonstrando que a solução proposta é a mais adequada e vantajosa.

A candidatura deve ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

Todos os documentos acima referidos devem instruir a candidatura e devem ser anexados aquando do preenchimento do formulário de candidatura no Balcão 2020, não sendo aceites documentos remetidos por outros meios, que não através da referida plataforma, no processo da candidatura.

A não apresentação na candidatura dos documentos obrigatórios e dos documentos que comprovem o cumprimento das condições de elegibilidade da operação e do beneficiário, determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e conseqüentemente a não aprovação da candidatura.

13. Processos de decisão das candidaturas

A decisão relativa às candidaturas obedecerá ao seguinte processo:

13.1 - 1ª Fase | Verificação do enquadramento da candidatura nas condições do aviso de abertura, nas seguintes dimensões (ver Anexo I – Processo de decisão das candidaturas):

- a) Enquadramento na tipologia de operação prevista no âmbito do Aviso;
- b) Enquadramento do proponente nos beneficiários elegíveis previstos no presente Aviso;
- c) Enquadramento no âmbito geográfico previsto no Aviso;
- d) Verificação da situação de impedimentos e condicionamentos da entidade proponente;
- e) Verificação se se trata de uma operação não concluída (nº 6 do artigo 65º do Reg. (UE) nº 1303/2013);



- f) Verificação da situação de conformidade da operação com os princípios gerais e políticas da União (alínea iii) do nº 3 do artigo 125º do Reg. (UE) nº 1303/2013);
- g) Verificação do cumprimento do grau de maturidade previsto no Aviso;
- h) Verificação da existência de documentos essenciais na instrução da candidatura: memória descritiva e respetiva completude, e ACB ou Estudo de Viabilidade Financeira, quando aplicável.

O cumprimento das condições previstas relativas ao enquadramento, no Aviso de Abertura, do beneficiário e da operação, conduz ao prosseguimento da análise, nas dimensões da elegibilidade geral e específica do beneficiário e nos critérios de elegibilidade gerais e específicos da operação.

Caso o beneficiário e/ou a operação não tenham enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira fase, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, por falta de enquadramento no Aviso de Abertura, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não enquadramento nas condições do Aviso de Abertura em sede de audiência prévia, a análise da candidatura prosseguirá. Na falta de resposta, ou se após resposta se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não elegibilidade por falta de enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira fase, a mesma não será aceite e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.

13.2 - 2ª Fase | Verificação dos restantes critérios de elegibilidade gerais e específicos dos beneficiários e das operações e Apuramento do mérito absoluto da operação.

A verificação dos critérios de elegibilidade gerais e específicos dos beneficiários e das operações conduzem ao prosseguimento da análise para o apuramento do mérito e processo de seleção das candidaturas.

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO SEUR, nos termos definidos no ponto 14, tendo em vista a avaliação do mérito absoluto da candidatura.

Caso o beneficiário e/ou a operação não cumpram algum dos critérios de elegibilidade gerais e específicos e/ou a candidatura não atinja a classificação mínima para efeitos de apuramento de mérito absoluto ou não seja selecionada por não se enquadrar dentro da dotação financeira máxima do Aviso, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122º do Código do Procedimento Administrativo.

14. Apuramento do Mérito e Decisão das Candidaturas

14.1. Critérios de Seleção, Parâmetros de Avaliação e Coeficientes de Ponderação



Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção, tendo em conta os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação constantes do “Anexo II – Parâmetros e Critérios de Seleção”.

14.2. Classificação a atribuir a cada critério de seleção

A pontuação a atribuir a cada critério terá uma escala de [0...5] (números inteiros) e cada critério poderá ser desagregado em subcritérios. A classificação de cada critério é apurada aplicando o coeficiente de ponderação à pontuação do critério. A classificação de cada subcritério obedece às mesmas regras da classificação dos critérios.

A classificação será estabelecida até à 2ª casa decimal sem arredondamento.

14.3. Coeficiente de majoração

Para efeitos de classificação final das candidaturas, após a classificação atribuída de acordo com a aplicação dos critérios de seleção constantes no Anexo II, esta poderá ser majorada com o coeficiente a) a aplicar sobre a pontuação final, se satisfizer o seguinte fator:

| | |
|--|--|
| a) Localização do investimento a realizar no âmbito da operação em território de baixa densidade | Se o investimento a realizar se localizar em território de baixa densidade: aplicação de um coeficiente de majoração de 1,05. Se o investimento a realizar não se localizar em território de baixa densidade: sem aplicação de coeficiente de majoração |
|--|--|

14.4. Classificação final

A Classificação final (CF) da candidatura é estabelecida por agregação das classificações dos critérios e subcritérios (C) e das respetivas ponderações (P), através da seguinte fórmula:

$$CF = [30\% \cdot Ca + 25\% \cdot (Cb2 \cdot 50\% + Cb3 \cdot 50\%) + 5\% \cdot Cc + 5\% \cdot Cd + 20\% \cdot Ce + 10\% \cdot Cf + 5\% \cdot Cg] \times CMc$$

- Ca ... Cg = Pontuação atribuída ao critério ou subcritério (Ca1...Cax, Cg1...Cgx), neste caso quando existir mais do que um subcritério de seleção.

- CMc = Coeficiente de Majoração c

14.5. Critérios de Desempate

Caso as candidaturas obtenham uma pontuação final igual, as propostas serão hierarquizadas pela aplicação sucessiva dos seguintes critérios até ao seu desempate:

1º Pontuação nos critérios relativos à Eficácia da operação;

2º Pontuação nos critérios relativos à Adequação à Estratégia Setorial;

3º Pontuação nos critérios relativos à Eficiência, Sustentabilidade e Inovação

4º Pontuação nos critérios relativos à Abordagem Integrada;



5º A maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata.

14.6 - Seleção das candidaturas

As candidaturas serão hierarquizadas em função da pontuação de mérito e apenas serão selecionadas para cofinanciamento do PO SEUR caso obtenham uma classificação final igual ou superior a 2,5 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia apresentada nos pontos anteriores, e caso tenham enquadramento na dotação de Fundo de Coesão indicada no ponto 9 do presente Aviso.

As candidaturas que, embora tenham uma pontuação de mérito igual ou superior a 2,5, mas que não tenham cabimento na dotação de Fundo de Coesão prevista neste Aviso, não serão aprovadas.

15. Contratualização de realizações e resultados no âmbito das operações

15.1. Na candidatura deverão ser propostas pela entidade beneficiária as metas a contratualizar com a Autoridade de Gestão do POSEUR, para os seguintes indicadores de realização e de resultado, de acordo com a tipologia de operação abrangida:

Tipologia de operação a) iii) - Fecho de sistemas de abastecimento de água em baixa

| Código Indicador | Tipo de Indicador | Designação do indicador | Unidade de medida |
|-------------------------|--------------------------|--|--------------------------|
| O.06.02.02.C | Realização | População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água | Nº de pessoas |
| R.06.02.17.P | Resultado | Alojamentos com adesão ao serviço em alta | % |

Tipologia de operação a) iv) Investimentos com vista à melhoria da quantidade e qualidade de água fornecida

| Código Indicador | Tipo de Indicador | Designação do indicador | Unidade de medida |
|-------------------------|--------------------------|--|--------------------------|
| O.06.02.02.C | Realização | População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água | Nº de pessoas |
| R.06.02.13 | Resultado | Melhoria ou manutenção do nível de água segura | % |

15.2. No caso do incumprimento das metas dos indicadores de realização e de resultados contratualizados ao nível de cada operação, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei



n.º 159/2014 de 27 de outubro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março será aplicada uma redução do apoio à operação nos seguintes termos:

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do Termo de Aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado. Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem de incumprimento de 90% da meta, a incidir, para cada um dos indicadores, sobre 10% do montante a aprovar em saldo final, conforme simulador disponível em anexo ao presente Aviso (Guião V) que poderá ser utilizado para testar, de acordo o grau de incumprimento da meta, qual o montante da correção financeira aplicar à operação.

16. Indicadores de Acompanhamento das Operações

16.1. Para além dos indicadores a contratualizar, a entidade beneficiária deverá incluir na candidatura, a proposta e respetiva fundamentação de valores de referência, metas a alcançar e o respetivo ano alvo para a totalidade dos indicadores de realização e de resultado aplicáveis à tipologia de operação, tendo como base a metodologia de apuramento constante do Anexo III – “Indicadores de Realização e de Resultado” ao presente Aviso e disponível no Balcão Único 2020, enquanto indicadores de acompanhamento da execução da operação.

16.2. No caso dos indicadores em que a unidade de medida resulte da utilização de variáveis elementares (%), deverão ser indicados e fundamentados os valores desagregados por numerador e denominador, de modo a justificar a meta proposta, no campo das observações referentes ao preenchimento dos indicadores.

17. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação e a decisão de seleção das candidaturas é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PO SEUR, a qual contará com a colaboração técnica da APA, IP, para efeitos de análise do mérito.

A Autoridade de Gestão contará ainda com a colaboração técnica da ERSAR, no âmbito da análise das candidaturas.

18. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão do POSEUR pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.



Findo o prazo referido no ponto anterior, caso não sejam prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

19. Comunicação da decisão ao beneficiário

Regra geral, a decisão sobre a candidatura apresentada será proferida pela Autoridade de Gestão do POSEUR, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março.

O prazo indicado no ponto anterior é suspenso nos períodos relativos à apresentação de documentos e/ou esclarecimentos adicionais pelos beneficiários previstos no ponto 18 do presente Aviso.

20. Linha de atendimento

Os pedidos de informação e esclarecimentos devem ser efetuados no Portal do Portugal 2020 <https://balcao.portugal2020.pt/Balcao2020> da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, através do Suporte ao Balcão 2020, no menu “Contacte-nos”. Podem também ser consultados o Guia Rápido de Utilização - SSN2020 disponível no menu Legislação e Normas/Guias. (ex.: credenciação de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de submissão das candidaturas) e o menu FAQ com um conjunto de perguntas frequentes e respetivas respostas.

Pode ainda ser consultado o menu “Candidaturas” no sítio do PO SEUR <https://poseur.portugal2020.pt/> onde consta toda a documentação anexa e respetivos guiões e onde existe também um menu FAQ.

Sem prejuízo do acima referido os pedidos de informação ou de esclarecimento podem ser dirigidos para:

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 57 – 1250-190 Lisboa

poseur@poseur.portugal2020.pt

21. Publicitação de resultados do Aviso

Tendo em conta o previsto no n.º 6 do artigo 17.º do Decreto Lei N.º 159/2014, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março, será divulgado no site do PO SEUR, mediante publicação de Lista Ordenada, os resultados do aviso após o seu encerramento e decisão completa de todas as candidaturas submetidas no mesmo.

Lisboa, 10 de novembro de 2020



A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PO SEUR

Helena Pinheiro de Azevedo



ANEXOS

Anexo I – Processo de decisão das candidaturas

Anexo II - Parâmetros e Critérios de Seleção

Anexo III - Indicadores de Realização e de Resultado

Anexo IV – Aplicação dos critérios de elegibilidade dos beneficiários (alíneas b), c) e d) do n.º 1 do referido artigo 98.º)

Anexo V- Minuta Declaração de Compromisso em matéria Estrutura Tarifária e GRC_ AA 06_Cobertura de Gastos (em formato editável para preenchimento e submissão caso seja aplicável)

Ficheiros disponíveis para descarregar na página do Aviso no Balcão 2020:

Guião I a) - Nota Orientações Análise Financeira

Guião I b) - Modelo preenchimento EVF (em formato editável para preenchimento e submissão caso seja aplicável)

Guião I c) – Minuta de Declaração de Compromisso de Receitas

Guião II – Preenchimento de Formulário no Balcão Único

Guião III – Documentos de instrução da Candidatura (em formato editável para preenchimento e submissão)

Guião IV – Minuta de declaração de Compromisso (em formato editável para preenchimento e submissão)

Guião V – Simulador de Penalizações (para efetuar simulações mas não é para submissão)

Guião VI – Apoio à Georreferenciação de Operações no Balcão 2020 (para apoiar o passo de preenchimento do formulário no Balcão 2020 referente à georreferenciação da operação)